

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Rede Nacional de Cursinhos Populares oferece apoio técnico e financeiro

Cursinhos populares ampliam oportunidades para o Enem

Para muitos estudantes, chegar à educação superior começa antes da inscrição em uma universidade. É na sala de aula de um cursinho popular, muitas vezes nos fins de semana e em espaços comunitários, que os conteúdos do ensino médio são revisados, dúvidas são compartilhadas e planos para o futuro começam a ganhar forma.

É nesse contexto que atua a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), iniciativa do Ministério da Educação (MEC) lançada em março de 2025.

Coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), a CPOP apoia cursinhos populares e comunitários voltados à preparação de estudantes que buscam ingressar na educação superior, especialmente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Programa voltado para quem mais precisa

A iniciativa foi criada no âmbito da Lei nº 10.558/2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade. A CPOP também está articulada a outras políticas de acesso à educação superior, como a Lei de Cotas, o Prouni, o Sisu e o Fies. Os cursinhos apoiados pela CPOP têm como público prioritário estudantes oriundos da escola pública, com renda familiar per capita de até um salário mínimo, além de indígenas, pessoas com deficiência, negros e quilombolas que buscam ingressar na educação superior.

REPRODUÇÃO / MEC



Cursos preparam estudantes para o Enem e outros processos

Orientações voltadas para fazer o Enem

Para integrar a rede, os cursinhos devem oferecer suas atividades de forma integralmente gratuita. Não é permitida a cobrança de taxas de inscrição ou mensalidades dos estudantes. O apoio do MEC inclui recursos financeiros destinados ao pagamento de educadores, coordenadores e profissionais de apoio técnico-administrativo, bem como ao pagamento de auxílio-permanência de R\$ 200 mensais, durante seis meses, para até 40 estudantes por unidade. Além do suporte financeiro, a rede trabalha na elaboração de orientações voltadas à preparação para o Enem.

Quem pode participar do projeto

A CPOP é voltada prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social que desejam ingressar na educação superior. Os estudantes devem procurar as iniciativas que integram a rede e verificar os critérios e os procedimentos de participação de cada cursinho. Como as atividades apoiadas pela CPOP são gratuitas, não há cobrança de mensalidade ou taxa de inscrição.

Indígenas assassinados

Dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostram que 258 indígenas foram assassinados em 2025, superando 211 casos registrados em 2024. Roraima (82), Amazonas (47) e Mato Grosso do Sul (37) registraram maiores números, segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade, secretarias estaduais de saúde e Sesai.

Contexto de insegurança

O Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil afirma ainda que o contexto de insegurança enfrentado pelos povos indígenas no ano passado resultou em ataques na luta pela terra, vulnerabilidade e continuidade das invasões. Os dados mostram aumentos registrados em três tipos de violência contra a pessoa e contra o patrimônio.

Violência contra a pessoa

Também por omissão do Poder Público, além de crescimento de conflitos relativos a direitos territoriais, assassinatos, suicídios e mortalidade infantil. Nos primeiros dias de 2025, quatro indígenas do povo Avá-Guarani foram baleados durante ataque na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, em processo de demarcação e sob intensos conflitos no oeste do Paraná.

Casos constantes

Um dos indígenas, atingido na coluna, perdeu os movimentos das pernas. Em março, o Pataxó Vitor Braz foi morto na Barra Velha do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, no contexto da luta pela demarcação de terras. Em novembro, o Guarani Kaiowá Vicente Fernandes foi morto no Tekoha Pyelito Kue, na Terra Indígena Iguatemi-pegua I, em Mato Grosso do Sul.

Invasões não cessaram

A publicação destaca que os três casos ocorreram em terras indígenas delimitadas pelo Estado, mas cujos processos demarcatórios se estendem há mais de uma década. Enquanto os povos indígenas em luta sofrem com a violência, em terras demarcadas, as ações de invasores não cessaram, apesar de operações de desintração efetuadas pelo governo federal.

Violências e violações

O estudo afirma não ser possível desvincular as violências e violações registradas em 2025 dos ataques a direitos territoriais indígenas ocorridos ao longo do ano e do impasse, no Poder Judiciário, em torno da Lei 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal.

Paula Laboissière
(Agência Brasil)



Iniciativa do Pronas/PCD oferece qualificação, acompanhamento e suporte

Inclusão de 700 pessoas com deficiência no meio laboral

Com apoio do SUS, Projeto de Emprego Apoiado vem com tudo

Da **Redação**

Por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), o Ministério da Saúde apoia iniciativas que promovem autonomia e inclusão profissional de pessoas com deficiência. Entre elas está o Projeto de Emprego Apoiado, da Associação Brasileira de Emprego Apoiado (ABEA), que, nesta primeira etapa, beneficia 700 participantes. A apresentação do projeto ocorreu na quinta (13), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP), com a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com a metodologia do Emprego Apoiado, a ação aproxima trabalhadores, empresas, poder público e entidades para ampliar oportunidades de inclusão profissional. Na prática, o suporte acompanha diferentes etapas da trajetória profissional, desde a preparação para o mercado de trabalho até a inserção e permanência no emprego. A proposta vai além da conquista da primeira vaga, oferecendo também cursos de qualificação e acompanhamento para que as pessoas com deficiência possam desenvolver suas habilidades, crescer profissio-

nalmente e permanecer no mercado de trabalho.

“O local de trabalho tem que ser um espaço de promoção da saúde, não de adoecimento. Não se trata apenas de cumprir uma cota obrigatória para as empresas, mas de acolher e incluir as pessoas com deficiência, humanizando o ambiente de trabalho para todos os trabalhadores e trabalhadoras”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com duração de dois anos, a ação é viabilizada pelo Ministério da Saúde com R\$ 3,9 milhões captados de empresas e instituições por meio do Pronas/PCD. Dos 700 atendidos, entre 400 e 450 devem ser inseridos no mercado de trabalho. O atendimento inclui pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e múltipla, com foco em contratação sem discriminação.

O Pronas/PCD é uma estratégia do Ministério da Saúde para fortalecer ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e assistência. Na prática, o programa permite que instituições sem fins lucrativos apresentem projetos ao Ministério, de R\$ 250 mil a R\$ 4 milhões, e depois captem recursos com empresas e bancos. Quem doa para um projeto aprovado recebe incentivo fiscal previsto em lei.